

Instituto Natura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (negativo)	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do

Instituto Natura

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Natura ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Natura em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcia Keiko Ando
Contadora CRC 1SP235113/O-7

Instituto Natura

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2019	2018	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	359	548	Empréstimos	9	7.037	-
Títulos e valores mobiliários	6	3.766	2.228	Arrendamento mercantil	8	37	-
Outros ativos	-	46	104	Fornecedores e provisões	10	1.074	660
Despesas antecipadas	-	-	2	Obrigações trabalhistas	11	1.596	1.551
Total dos ativos circulantes		<u>4.171</u>	<u>2.882</u>	Obrigações tributárias	-	<u>280</u>	<u>273</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>10.024</u>	<u>2.484</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	7	45	60	Provisão para contingências	12	<u>458</u>	<u>693</u>
Direito de uso	8	36	-	Total dos passivos não circulantes		<u>458</u>	<u>693</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>81</u>	<u>60</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO À DESCOBERTO)			
				Patrimônio social	13.a	162	162
				Déficit acumulado	13.b	<u>(6.392)</u>	<u>(397)</u>
				Total do patrimônio líquido (negativo)		<u>(6.230)</u>	<u>(235)</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>4.252</u></u>	<u><u>2.942</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)		<u><u>4.252</u></u>	<u><u>2.942</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS SOCIAIS	14	31.771	34.801
DESPESAS SOCIAIS			
Gerais e administrativas	15	(4.366)	(3.798)
Com projetos	15	(33.354)	(30.530)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(5.949)</u>	<u>473</u>
Receitas financeiras	16	153	175
Despesas financeiras	16	(199)	(94)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u><u>(5.995)</u></u>	<u><u>554</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(5.995)	554
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(5.995)</u>	<u>554</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (negativo)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Patrimônio Social	(Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido (Passivo À Descoberto) Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	162	(951)	(789)
Superávit do exercício	-	554	554
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	162	(397)	(235)
Déficit do exercício	-	(5.995)	(5.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	162	(6.392)	(6.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Déficit) / Superávit do período	(5.995)	554
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa:		
Juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários	(153)	(146)
Depreciações e amortizações	456	30
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(235)	34
Juros sobre arrendamento mercantil	22	-
Juros sobre empréstimos	37	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Outros ativos	58	(30)
Despesas antecipadas	2	(2)
Fornecedores e provisões	414	111
Obrigações trabalhistas	45	5
Obrigações tributárias	7	40
CAIXA (UTILIZADO) / GERADO NAS ATIVIDADES SOCIAIS	<u>(5.342)</u>	<u>596</u>
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES SOCIAIS		
Pagamentos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(350)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	(22)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) / GERADO NAS ATIVIDADES SOCIAIS	<u>(5.364)</u>	<u>246</u>
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado e intangível	(7)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(29.900)	(22.540)
Resgate de títulos e valores mobiliários	28.363	20.459
Resgate de juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários	153	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(1.391)</u>	<u>(2.081)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de arrendamento mercantil - principal	(434)	-
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	7.000	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>6.566</u>	<u>-</u>
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(189)</u>	<u>(1.835)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	548	2.383
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	359	548
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(189)</u>	<u>(1.835)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado).

1 Informações gerais

O Instituto Natura, doravante denominado simplesmente “Instituto”, é uma Associação sem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjunto 171, Condomínio Edifício Faria Lima, e tem por objeto social a transformação da sociedade, focando a promoção da qualidade de vida, em suas diferentes dimensões, com ênfase na educação, na ampliação das liberdades, na democratização do acesso à informação, no aprofundamento da justiça social e na sustentabilidade.

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que é um título concedido pelo Ministério da Justiça do Brasil, para as organizações que atendam aos requisitos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto possui essa titulação desde 31 de janeiro 2011, a qual foi renovada anualmente.

A partir de 2016, com a publicação da Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, a renovação anual deixou de ocorrer, e a titulação permanece vigente enquanto as condições iniciais para sua obtenção sejam atendidas.

Em 31 de dezembro de 2019, o Instituto apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 6.230 (negativo em R\$ 235 em 2018), capital circulante líquido negativo de R\$ 5.853 (positivo em R\$ 398 em 2018) e déficit do exercício de R\$ 5.995 (superávit de R\$ 554 em 2018). As alterações nessas posições são decorrentes principalmente pelo aumento de despesas sociais ocorridas com projetos durante o exercício de 2019 (nota explicativa nº 15) e redução nas receitas sociais recebidas pelo Instituto no mesmo exercício (nota explicativa nº 14), principalmente pela redução dos repasses que a mantenedora fez para o Instituto.

A principal fonte de recursos do Instituto é oriunda da mantenedora Natura Cosméticos S.A. e suas subsidiárias do Brasil, que destina o lucro da linha de produtos Crer Para Ver para que seja investido em ações sociais, bem como doações anuais de um percentual do seu lucro líquido para a manutenção do Instituto.

O orçamento, aprovado anualmente pelo Instituto Natura, assegura a continuidade do Instituto. Adicionalmente, há dois itens que a administração destaca para demonstrar o pressuposto de continuidade do Instituto:

- (i) Na data de aprovação da emissão destas Demonstrações Financeiras, há recursos financeiros da Linha Crer Pra Ver que se encontram aplicados na mantenedora do Instituto, suficientes para garantir a premissa de continuidade da operação. Em 31 de dezembro de 2019 este montante é de R\$ 38.018 (informação divulgada na Demonstração Financeira da mantenedora).
- (ii) O empréstimo registrado em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado na Nota 9, foi integralmente liquidado de forma antecipada à sua data de vencimento originalmente contratada.

2 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras do Instituto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas aplicações financeiras que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

A Administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, assim como não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Instituto.

2.1 Moeda funcional, moeda de apresentação e transação em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e de apresentação do Instituto.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Instituto (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da prática contábil apresentada na nota explicativa nº 8, a qual foi adotada a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3 Imobilizado

Mensurados ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas para redução no valor recuperável (“impairment”), quando aplicável.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada. As vidas úteis são revistas a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e qualquer diferença reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Fornecedores e provisões

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.5 Empréstimos

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Após reconhecimento inicial, empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento de baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos.

3.6 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor e em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7 Provisão para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.8 Arrendamento Mercantil

Até 31 de dezembro de 2018, o Instituto classificava os contratos de arrendamento mercantil no momento da sua contratação, de acordo com o CPC 06 aplicáveis até tal data. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade era retida pelo arrendador estavam classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais eram registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais o Instituto detinha substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros. Até 31 de dezembro de 2018 o Instituto não possuía arrendamento classificados nesta categoria.

O Instituto aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro, que era aplicado pelo Instituto até 31 de dezembro de 2018. O impacto desta nova norma aplicada está ilustrado na nota explicativa nº 8.

3.9 Instrumentos financeiros

3.9.1 Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se

torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Instituto para a gestão destes ativos financeiros. O Instituto inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros do Instituto são classificados como:

(i) *Custo amortizado*

Quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

São subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

(ii) *Valor justo por meio do resultado*

Quando não classificado como custo amortizado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla os títulos e valores mobiliários e caixa e equivalentes de caixa.

3.9.2 *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros do Instituto são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Instituto durante os períodos apresentados incluem Empréstimos (nota explicativa nº 9) e Fornecedores (nota explicativa nº 10).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e

- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Nos exercícios apresentados, o Instituto não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e fornecedores)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e fornecedores concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.10 Apuração do superávit / déficit - receitas e despesas

As receitas oriundas de doações são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Não há previsão para devolução das doações ao doador. Adicionalmente a Administração do Instituto possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

As despesas com doação são registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, estes compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto.

3.11 Trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de desembolsar, caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros ("ITG 2002"), o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração no exercício de suas funções. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas sociais de outras doações (nota explicativa nº 14) em contrapartida nas despesas sociais com pessoal (nota explicativa nº 15).

3.12 Novas normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em 1º de janeiro de 2019

CPC 06(R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

O Instituto aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato se incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; e
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, o Instituto deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

O CPC 06(R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelo Instituto em 1º de janeiro de 2019, as quais são: (i) arrendamentos de ativos de baixo valor e (ii) arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses.

O Instituto optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de rerepresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo; e
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O quadro abaixo demonstra os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) em 1º de janeiro de 2019.

Valor futuro dos fluxos de pagamento de contrato considerado como arrendamento operacional em 31/12/2018	492
(-) Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	(22)
Valor do Direito de Uso do Ativo e do Passivo de Arrendamento na adoção da norma em 1º de janeiro de 2019	470

4 Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são determinação da vida útil de bens do imobilizado e direito de uso para fins de depreciação e provisão para contingências.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	359	548
	359	548

6 Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Fundo de investimento	3.766	2.228
	3.766	2.228

Fundo de Investimento Essencial – fundo exclusivo do Grupo Natura o qual é um Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado sob gestão, administração e custódia do Itaú Unibanco Asset Management. Os ativos elegíveis na composição da carteira são: títulos da dívida pública, CDB's, Letras Financeiras e operações compromissadas. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas com rendimento a qualquer momento.

7 Imobilizado

	Vida útil em anos	2018	Adições	Baixas	2019
Valor de custo:					
Benfeitorias em propriedade de terceiros		214	-	-	214
Móveis e utensílios		186	7	(2)	191
Equipamentos de informática		91	-	-	91
Total custo		491	7	(2)	496
Depreciação					
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5	(204)	(3)	-	(207)
Móveis e utensílios	5	(136)	(19)	2	(153)
Equipamentos de informática	14	(91)	-	-	(91)
Total depreciação		(431)	(22)	2	(451)
Total Geral		60	(15)	-	45
	Vida útil em anos	2017	Adições	Baixas	2018
Valor de custo:					
Benfeitorias em propriedade de terceiros		214	-	-	214
Móveis e utensílios		186	-	-	186
Equipamentos de informática		91	-	-	91
Total custo		491	-	-	491
Depreciação					
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5	(201)	(3)	-	(204)
Móveis e utensílios	5	(115)	(21)	-	(136)
Equipamentos de informática	14	(85)	(6)	-	(91)
Total depreciação		(401)	(30)	-	(431)
Total Geral		90	(30)	-	60

8 Direito de uso e arrendamento mercantil

a. Direito de uso

Direito de Uso	Vida útil em meses ⁽¹⁾	2018	Adoção inicial em 01.01.2019	Adição	2019
Valor de custo:					
Imóveis		-	470	-	470
Total custo		<u>-</u>	<u>470</u>	<u>-</u>	<u>470</u>
Depreciação					
Imóveis	13	-	-	(434)	(434)
Total depreciação		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(434)</u>	<u>(434)</u>
Total Ativo		<u>-</u>	<u>470</u>	<u>(434)</u>	<u>36</u>

- (i) As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais o Instituto tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamento mercantil observando as condições contratuais. Em 1º de janeiro de 2019 correspondiam ao prazo remanescente dos contratos vigentes na data da transição da norma de Arrendamentos.

b. Movimentação do Arrendamento Mercantil

Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019	470
(-) Pagamento de principal	(433)
Outras Movimentações	
(-) Pagamento de juros	(22)
(+) Apropriação de juros no exercício	<u>22</u>
Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2019	37

Durante o exercício de 2019, foram reconhecidos na demonstração de resultado despesas financeiras sobre arrendamento e amortização de direito de uso, nos montantes de R\$ 22 e R\$ 434, respectivamente.

9 Empréstimo

	2019	2018
Empréstimos	7.037	-
	<u>7.037</u>	<u>-</u>

Empréstimo captado com objetivo de gerenciamento de capital de giro, contratado em 28/11/2019 com vencimento em 26/05/2020 no montante de R\$ 7 milhões, e encargos financeiros de 100% do CDI + 1,48% a.a.. Não há garantias.

Fluxo de Caixa das Movimentações das Atividades de Financiamento

Empréstimos em 31/12/2018	-
(+) Captação de Empréstimos	7.000
(+) Apropriação de Encargos Financeiros	37
Empréstimos em 31/12/2019	7.037

Empréstimo integralmente liquidado antecipadamente à sua data de vencimento em 20 de janeiro de 2020.

10 Fornecedores e provisões

	2019	2018
Fornecedores internacionais	152	-
Fornecedores nacionais (a)	411	84
Provisões de contas a pagar (b)	511	576
	1.074	660

(a) As atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. Em 31 de dezembro de 2019, o Instituto possuía um saldo a pagar para a Natura Cosméticos S.A. de R\$30 (R\$30 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Refere-se às provisões de despesas diversas para atender ao regime de competência.

11 Obrigações trabalhistas

	2019	2018
Salários a pagar	723	652
Encargos sociais sobre folha	422	407
Provisão para férias e encargos	451	492
	1.596	1.551

12 Provisão para contingências

	2019	2018
Riscos trabalhistas	458	693
	458	693

As provisões são revisadas periodicamente pela Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, com base na probabilidade de perda dos riscos trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2019
Risco trabalhista (a)	69		(239)		4	458
Total	69		(239)		4	458

	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2018
Risco cível (b)	500	-	(150)	(350)	-	-
Risco trabalhista (a)	509	152	-		32	693
Total	1.009	152	(150)	(350)	32	693

- (a) Referem-se principalmente a riscos envolvendo encargos trabalhistas.
- (b) Referem-se principalmente a pleitos de reparação de danos morais e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Instituto não possuía passivos contingentes.

13 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Patrimônio Social

O fundo patrimonial é formado por 10% do valor de doações recebidas das associadas patrocinadoras, quando estas não forem destinadas a projetos específicos. Visa garantir a sustentabilidade e a perpetuação do patrimônio e objeto social do Instituto Natura. A utilização do fundo patrimonial é aprovada, quando necessária, em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2019, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial classificado como patrimônio social era R\$ 162 (R\$ 162 em 2018).

b. Déficit acumulado

Em 31 de dezembro de 2019, o déficit acumulado é de R\$ 6.392, (déficit de R\$ 397 em 2018).

14 Receita sociais

	2019	2018
Receita por doações:		
Doações Natura Cosméticos S.A. ⁽¹⁾	2.057	3.351
Doações Crer para Ver ⁽²⁾	24.034	25.289
Doações Outras empresas e Organizações ⁽³⁾	5.680	6.161
	31.771	34.801

- (1) Doação associada à mantenedora Natura Cosméticos S.A., que poderá destinar, anualmente, até 0,5 % de seu lucro líquido apurado no exercício anterior.
- (2) Doação da Natura Cosméticos S.A. e suas subsidiárias do Brasil, que está associada ao repasse do resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver.
- (3) Doações recebidas de outros Institutos e Fundações para destinação em projetos coordenados pelo Instituto Natura e reconhecimento ao valor justo da receita referente a remuneração do trabalho voluntário dos integrantes do Conselho de Administração.

15 Despesas sociais

	2019	2018
Gerais e administrativas		
Pessoal	2.754	2.008
Consultorias e serviços ⁽¹⁾	698	601
Manutenção e conservação	615	520
Outras despesas	126	487
Comunicação e eventos	116	136
Despesas com logística	57	46
Total	<u>4.366</u>	<u>3.798</u>
Com projetos		
Doações realizadas	9.283	9.390
Consultorias e serviços	7.896	7.353
Pessoal	6.870	6.245
Outras despesas	2.582	2.308
Despesas com logística	2.444	2.025
Comunicação e eventos	2.412	1.781
Formação com projetos	1.867	1.428
Total	<u>33.354</u>	<u>30.530</u>

- (1) Referente principalmente as atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) que são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de despesa relacionada com esse suporte foi de R\$180 (R\$180 em 2018).

16 Receitas (despesas) financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	153	175
	<u>153</u>	<u>175</u>
Despesas financeiras:		
Juros com empréstimos	(37)	-
Juros com arrendamento mercantil	(22)	-
IOF sobre captação de empréstimos	(78)	-
Outras despesas financeiras	(62)	(94)
	<u>(199)</u>	<u>(94)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(46)</u>	<u>81</u>

17 Remuneração da administração

Conforme previsto no Estatuto Social do Instituto, o Conselho de Administração do Instituto, através de Assembleia Geral, é responsável por instituir a remuneração para os dirigentes do Instituto, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuem efetivamente na gestão executiva.

Os membros do Conselho de Administração do Instituto não são remunerados por suas funções estatutárias e têm sua dedicação contabilizada conforme descrito na nota explicativa nº 3.11 “Trabalho Voluntário”. O Conselho de Administração é responsável por instituir a remuneração para os demais dirigentes do Instituto, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuem efetivamente na gestão executiva.

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Os ativos financeiros do Instituto, classificados como valor justo por meio do resultado nos exercícios de 2019 e 2018, possuem valor contábil e valor justo iguais.

Os passivos financeiros que são classificados como custo amortizado (empréstimos e fornecedores) também possuem valor justo iguais ao valor contábil.

b. Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros nas datas dos balanços estão conforme determinado pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo e seguem a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a mensuração do valor justo dos ativos financeiros do Instituto corresponde às características do Nível 2 (caixa e bancos e fundo de investimento), sendo que durante este exercício não houve alterações de níveis.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Instituto está sujeito à:

- **Risco de liquidez:** risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

- **Risco Cambial:** risco de que o Instituto está exposto ao risco de câmbio resultante do passivo financeiro em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2019 o Instituto está exposto basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano referente ao fornecedor internacional no montante de R\$ 152.

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do período subsequente, supondo estática a exposição cambial líquida atual e os seguintes cenários:

Descrição	Risco do Instituto	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida	Aumento do dólar	-	(31)	(51)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias em 31 de dezembro de 2019. Conforme cotações obtidas na B3 na data prevista do vencimento do instrumento financeiro com exposição ao câmbio é de R\$ 4,03/US\$ 1,00. Os cenários II e III consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R\$ 5,04/US\$ 1,00) e de 50% (R\$ 6,05 /US\$ 1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

- **Risco de Taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem o Instituto ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem o Instituto ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Empréstimos em moeda local	(7.037)
Aplicações financeiras	3.766
Exposição passiva líquida	(3.271)

A tabela a seguir demonstra a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do período subsequente, supondo estática a exposição passiva líquida atual e os seguintes cenários:

Descrição	Risco do Instituto	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Passivo líquido	Aumento da Taxa	2	(34)	(70)

19 Renúncia fiscal

O Instituto está sujeito a determinados tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. No julgamento da Administração, para fins de atendimento às divulgações exigidas pela ITG 2002(R1), a renúncia fiscal engloba o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

20 Eventos subsequentes

A administração do Instituto está avaliando os impactos econômico-financeiros decorrentes do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas existentes. Com base nas melhores informações internas e de fontes externas disponíveis, a administração não vislumbra impactos no que diz respeito à continuidade operacional do Instituto, nas estimativas contábeis registradas para realização de ativos ou relacionadas à provisão de obrigações em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

21 Aprovação para emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração do Instituto em reunião realizada em 24 de abril de 2020.

* * *

Diretoria

Davi Saad
Presidente

Rodolfo Luque Simões
Gerente de Finanças e Governança

Responsável Técnico

Bruno Medeiros Souza
Contador
CRC 1SP-280396/O-6